



LISA SOARES/GLOBAL IMAGEM

Paulo Portas enfatizou a ideia de um novo ciclo político

Portas promete solução para decisão do Tribunal Constitucional

REACÇÃO Líder do CDS disse que Governo procurará outras formas de mobilidade na função pública e defendeu o investimento

O vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, garantiu ontem que o Governo será capaz de encontrar uma solução para a decisão do Tribunal Constitucional de reprovarem o regime da mobilidade na função pública, recordando que quem criou esta figura foi o anterior Executivo socialista.

Paulo Portas discursava à tarde na sessão de encerramento da convenção autárquica do CDS-PP, em Matosinhos, tendo dado uma resposta que apelidou de “pragmática, realista e construtiva” ao “chumbo” dos juizes do Tribunal Constitucional ao regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, decisão que foi conhecida na quinta-feira.

“É uma resposta realista porque eu estou convencido de que se a interpretação do Tribunal Constitucional é a que não pode haver uma mobilidade especial que contenha a questão do vínculo, então o Governo tem de procurar uma solução que, podendo não ser a melhor mas procurando que seja

justa, em que essa mobilidade especial exista preservando a questão do vínculo”, antecipou.

O vice-primeiro-ministro considerou que, “na vida, como na política, quando há um problema, o que é preciso fazer é resolver o problema”, recordando que “quem criou a figura da mobilidade especial em Portugal não foi este Governo”, foi o anterior Executivo socialista. “Mas eu garanto-vos que, seja qualquer que seja a solução do Governo para questão da mobilidade especial, o partido que inventou essa figura criticará o Governo em qualquer caso”, atirou, numa crítica ao partido de António José Seguro.

Antes de chegar ao “chumbo” do Constitucional, Paulo Portas enfatizou a ideia de um “novo ciclo” para a economia, que segundo o líder do CDS-PP já começou a dar alguns sinais positivos no primeiro trimestre deste ano. “O CDS deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance dentro da maioria para conseguirmos bons resultados neste segundo ciclo.” Antes, Pedro Mota Soares, ministro da Solidariedade e da Segurança Social, garantiu, em declarações aos jornalistas, que o Governo não prevê avançar com novos cortes salariais na função pública.